

**Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário**

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

R\$ 2

Campanha Nacional do POR contra a guerra na Ucrânia

*O Boletim da Corrente Proletária levanta as bandeiras:***Abaixo as medidas econômicas e financeiras
de Biden contra a Rússia e a economia mundial!****Pelo desmantelamento da OTAN!****Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo!****Pela retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia!****Em defesa da autodeterminação da Ucrânia. Por uma Ucrânia socialista!**

Os trabalhadores da educação não devem se submeter à campanha do imperialismo norte-americano e aliados contra a Rússia. Não podem ser caixa de ressonância dos discursos de Biden em torno ao “crime humanitário”, atribuído a Putin. Não devem ficar alheios (neutros) diante de uma guerra, que vem atingindo boa parte do mundo. Nesse sentido, a Corrente Proletária abre seu Boletim expondo sua posição, que resumimos em quatro pontos:

1) Os Estados Unidos se tornaram uma potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial. Desenvolveu seu poderio militar para impor sua dominação no mundo. Em todos os conflitos, sua intervenção é direta ou indireta, a exemplo da invasão no Iraque, Afeganistão, na Síria, Líbia, etc. Milhões de civis perderam suas vidas nessas guerras e milhões se refugiaram, nas piores condições possíveis. Trata-se de uma potência sanguinária, e não “democrática e pacífica”;

2) A OTAN é o braço armado

dos Estados Unidos e das potências europeias. Depois da destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) vem fazendo um cerco à Rússia, utilizando-se das ex-repúblicas que se desprenderam a Rússia. Há alguns anos, exerce uma pressão para que a Ucrânia faça parte da OTAN e da União Europeia;

3) A Ucrânia é uma região estratégica tanto para os Estados Unidos, quanto para a Rússia. Encontra-se na passagem da Ásia para a Europa e é fonte de recursos naturais. Está sob um governo burguês, alinhado com as posições norte-americanas;

4) A Rússia, por sua vez, exerce seu poder regional por meios e métodos imperialistas. Para manter seu poder, está obrigada a ampliar a opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas, como é o caso da Ucrânia. É governada por uma burocracia restauracionista, apoiada em uma rica oligarquia. A classe operária e os demais explorados se encontram desorganizados e sem o seu partido revolucionário, liquidada

do pela política de Stalin.

Sobre a base dessas considerações, a nossa luta tem um ponto de partida, que se expressa nas bandeiras do desmantelamento da OTAN e de suas bases militares, e fim das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados à Rússia. Exigimos a retirada das tropas russas da Ucrânia e a unidade territorial do país. Isso porque condenamos a opressão nacional exercida pela burocracia restauracionista da Rússia. Sem ter claro isso, a defesa da autodeterminação da Ucrânia não passa de palavreado.

Com essas posições, o Boletim da Corrente Proletária exige que as direções sindicais e política em nosso país convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, que além de defender os empregos, salários e direitos de milhões de brasileiros, rechace o imperialismo norte-americano e sua campanha nefasta em todo o mundo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Dois anos de pandemia

Duras consequências sobre a Educação básica

A educação básica pública já vinha cambaleante, mas se agravou, com a crise econômica que atingiu o Brasil em 2015-2016, e com as contrarreformas (reforma do ensino médio e PEC do Teto, ambas ditadas pelo governo Temer, e implementadas pelos governadores e prefeitos), que cortaram recursos da Educação, avançaram a terceirização e deram passos privatizantes por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses dois anos de pandemia, o que já era grave, se tornou insustentável. As escolas foram fechadas, o ensino a distância emergiu como remédio para a continuidade dos estudos, o financiamento por parte do Estado despencou, e milhões de crianças e jovens estiveram sob a farsa da política burguesa do isolamento social. Diante dessa situação, as consequências nefastas da decomposição do ensino se ampliaram, evidenciando a incapacidade da burguesia de defender minimamente a educação pública, bem como as crianças e a juventude.

Eis o que se estampou, nesse início de 2022: 1) profunda regressão nos índices de alfabetização; 2) queda dos investimentos estatais; 3) aumento da disparidade entre o ensino público e privado; 4) crescimento da discriminação escolar entre alunos pretos e brancos; 5) avanço do ensino remoto (EaD); 6) pauperização crescente dos trabalhadores da Educação; 7) desemprego e subemprego.

Eis o que se estampou, nesse início de 2022: 1) profunda regressão nos índices de alfabetização; 2) queda dos investimentos estatais; 3) aumento da disparidade entre o ensino público e privado; 4) crescimento da discriminação escolar entre alunos pretos e brancos; 5) avanço do ensino remoto (EaD); 6) pauperização crescente dos trabalhadores da Educação; 7) desemprego e subemprego.

1) Profunda regressão nos índices de alfabetização

Nesses dois anos de pandemia, o percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabe ler e escrever cresceu 66,3%. Em 2019, tínhamos cerca de 1,43 milhão; no final de 2021, 2,399 milhões. Essa enorme quantidade, segundo os analistas, se deve ao período prolongado de fechamento de escolas, e às dificuldades da maioria das crianças de utilizar o ensino remoto. A saída proposta por eles é a de intensificar a recuperação desse contingente de crianças.

Inúmeros discursos são feitos diariamente, mas sem tocar na essência do problema, que foi a incapacidade da burguesia de assegurar a todos a aprendizagem nas condições do isolamento social, uma vez que implicou o fechamento das unidades escolares, e o descaso dos governos em proteger essa massa de crianças da fome e miséria. Isso em um

país em que, a cada 10 crianças que estão na fase de alfabetização, oito frequentam as escolas municipais, portanto, dependem dos recursos que são destinados à Educação. Com as escolas fechadas, sem a merenda diária, confinadas nos bairros pobres e em famílias destroçadas pelo desemprego e subemprego, milhões de crianças engrossaram as estatísticas do analfabetismo.

A responsabilidade é inteiramente do poder público, que viu, depois desse longo período, a necessidade de reabrir as escolas. Mas, as aulas presenciais retornaram em piores condições. Boa parte das escolas, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, continua com os velhos problemas, faltando tudo. Há um enorme contingente de crianças, particularmente no ensino fundamental I, que se mantém fora da escola, por falta de vaga. A solução da Secretaria Municipal de São Paulo, a cidade mais rica da federação, foi a de aumentar o número de crianças por sala, ultrapassando o limite máximo de 30 crianças por sala de alfabetização. Aqui se encontra a farsa do discurso de acadêmicos e governantes, de que é preciso recuperar o terreno perdido, para que o Brasil não volte a ser comparado com os países mais pobres da África.

2) Queda dos investimentos estatais

Dados indicaram que os recursos destinados à Educação e Ciência, em 2020, 2021 e 2022, voltaram aos patamares dos anos 2000. O Ministério da Educação dispõe, em 2022, de R\$ 3,45 bilhões, muito abaixo de R\$ 10 a R\$ 20 bilhões, de 2009 a 2015. O governo aproveitou a Pandemia para encolher os recursos para a educação básica. Basta lembrar que, ao aprovar a lei orçamentária, em janeiro, o MEC perdeu R\$ 800 milhões, o que atingiu, sobretudo, a educação básica.

A política do governo é a de se livrar de parte da educação básica, por meio da parceria público-privada, abrindo as portas para a educação empresarial, e pelos cortes de recursos estatais. Isso, em um país em que concentra cerca de 80% das matrículas de crianças e jovens na educação básica pública. Não é de agora que organismos do imperialismo, como Banco Mundial e FMI, vêm impondo receitas privatizantes para esse nível educacional. Não por acaso, abundam projetos no Congresso Nacional para extirpar da Constituição a exigência de aplicação mínima de 18% por parte do governo Federal, e 25%, dos estados e municípios, à Educação básica. Durante a Pandemia, inúmeras vozes no governo e no Congresso Nacional se colocaram pelo fim dessa obrigatoriedade, bem como do Fundeb. Por trás dessa política, está o objetivo de usar parte desses recursos orçamentários para o pagamento da gigantesca dívida pública.

Por outro lado, não tem havido um esforço das direções sindicais e estudantis em organizar a resistência contra o desmonte da educação pública, que se agravou, com

a redução de verbas e o avanço das privatizações. São direções que alimentam a ilusão de que se trata de vontade política dos governantes. E que a saída é eleger governos e parlamentares “comprometidos” com o ensino público. Os discursos contra a extinção do Fundeb e as denúncias dos cortes orçamentários não passam de palavras ao vento. Nada foi feito, no sentido de potenciar o movimento nacional dos trabalhadores da Educação e estudantes, juntamente com os demais trabalhadores, para enfrentar a política de contrarreformas e desmonte da Educação estatal, o que necessariamente implica a luta pelo fim da rede privada e constituição de um único sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

3) Ampliou-se a distância entre o ensino público e o privado

Não há comparação, em se tratando das condições materiais, entre o ensino público e o privado. Nas escolas particulares, se encontra a ultra minoria de estudantes da educação básica. No início da Pandemia, rapidamente, as escolas privadas dispuseram de recursos digitais, professores à disposição das famílias, tutores para o auxílio de tarefas, plataformas especiais com aulas gravadas, etc. Enquanto que, nas escolas públicas, imperava toda sorte de problemas e improvisos, desde os materiais até profissionais.

Como a maioria dos alunos vive em famílias pobres, eles não tiveram acesso à internet, aos materiais digitais e às condições elementares para dispor de espaço em suas moradias para a execução do ensino remoto. É preciso acrescentar que as crianças pobres, de baixa cultura, não têm nenhuma familiaridade com o aparato tecnológico, por meio do qual se realiza a caricatura do ensino a distância. Apesar da campanha ideológica dos governos, de que estava disponibilizando os meios para o ensino a distância, objetivamente os pais e estudantes não viram sentido em continuar com essa farsa de ensino. Em pouco tempo, eram inúmeras as reclamações das famílias, impossibilitadas de acompanhar as tarefas escolares de seus filhos. Governos, como o de São Paulo, tiveram de recorrer à “busca ativa”, para localizar os alunos que deixaram de acompanhar as aulas remotas. Houve uma enorme pressão sobre os professores, para que inventassem mecanismos para atrair os estudantes. Mas a realidade se sobrepôs. Como a Pandemia não atingiu a população de forma igual, na Educação, o mesmo fenômeno se passou. As escolas privadas puderam proteger a ultra minoria de estudantes, enquanto, nas escolas públicas, a imensa maioria dos alunos ficou à mercê da diretriz burguesa do suposto combate à Pandemia.

As direções sindicais e estudantis se limitaram a exigir

do governo os meios para o ensino remoto, e a defender a farsa do isolamento social. Não foram capazes de convocar as assembleias presenciais, para aprovar um plano próprio de defesa das crianças e da juventude, bem como da Educação. Assim, os governos ficaram de mãos livres, durante toda a Pandemia, para seguir com os planos de cortes de recursos, e avanço do EaD.

4) Crescimento da discriminação entre alunos pretos e brancos

A maioria das crianças e jovens, que frequenta a escola pública, é preta. Haja vista que a maioria da população brasileira também é preta. Os dois anos de pandemia reforçaram a diferença na alfabetização entre crianças pretas e brancas. Dados revelaram que o percentual de crianças pretas que não sabiam ler e escrever passou, de 28,8%, em 2019, para 47,4%, em 2021. Enquanto que, entre as brancas, o percentual foi, de 20,3%, para 35,1%, no mesmo período.

Essa constatação revela tão somente que as crianças pretas estão nos lares mais pobres, uma vez que fazem parte da maioria explorada e oprimida do país. É importante acentuar o caráter de classe que separa a minoria burguesa e pequeno-burguesa da proletária e camponesa. Está aí por que boa parte das crianças de família pobre e miserável, sendo a maioria de pretos, vive nas favelas e cortiços. Portanto, a

situação de pobreza é determinada pela condição de classe da maioria, esse é o ponto de partida para avaliar os indicadores das dificuldades de aprendizagem.

5) Avanço do ensino a distância

O ensino a distância, há muito tempo, vinha sendo implantado na Educação superior, principalmente nos cursos de especialização, e na formação de professores para os projetos educacionais, do MEC e das Secretarias de Educação. Dados mostravam que o EaD havia crescido muito no Brasil. Pouco antes da Pandemia, as matrículas nos cursos superiores nessa modalidade de ensino já superaram as presenciais. Em 2019, havia mais de 1,4 milhão de alunos no EaD.

Com a aprovação da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em fevereiro de 2017 e dezembro de 2018, durante o governo Temer, o objetivo era o de adotar parte das aulas na modalidade online, principalmente nos anos finais da educação básica. No período da Pandemia, os governadores aproveitaram para pôr em prática o que já havia sido aprovado. Um exemplo foi a iniciativa de Doria, com o Ejatec, em 2021, onde a carga horária profissionalizante foi e será em parceria com o Centro Paula Souza, por meio virtual, portanto ensino a distância.

É importante acentuar o caráter de classe que separa a minoria burguesa e pequeno-burguesa da proletária e camponesa. Está aí por que boa parte das crianças de família pobre e miserável, sendo a maioria de pretos, vive nas favelas e cortiços. Portanto, a situação de pobreza é determinada pela condição de classe da maioria, esse é o ponto de partida para avaliar os indicadores das dificuldades de aprendizagem.

É fato que a Pandemia facilitou a ofensiva dos governantes em expandir o EaD. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de isolamento social e o fechamento das escolas por um longo período, a adoção das aulas virtuais, a criação de plataformas digitais, em especial em toda a educação básica, aplainaram o caminho para o EaD. Basta lembrar a determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE), que autorizou as aulas não presenciais em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até a superior, contabilizando, assim, essas horas de EaD como carga horária obrigatória, 800 horas ao ano.

Após o retorno presencial total das escolas de educação básica, a modalidade a distância já fazia parte do dia-a-dia. Bastaram dois anos de pandemia, para que o EaD na educação básica deixasse de sofrer resistência, e passasse a ser visto como uma nova modalidade de ensino, ajustada à nova era de mudanças tecnológicas. Intelectuais vinculados às academias se limitaram a questionar as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos da escola pública, e ao atraso dos governos em atender a esses estudantes, acarretando a tragédia da evasão escolar, no final de 2021.

Direções sindicais e estudantis, que se submeteram à política do isolamento social, também reclamaram do descaso dos governantes, em “incluir” os alunos “vulneráveis” com meios para que pudessem continuar os estudos. E o resultado não poderia ser outro, o EaD passou a fazer parte do currículo, das ATPCs e da formação de professores. Cabe destacar a intervenção da Secretaria de Educação de São Paulo nas ATPCs, impondo as “pautas formativas”, que poderão se dar, tanto de forma presencial, quanto virtual. A política dessas direções não poderia ser diferente, porque fechou os sindicatos, e passou a convocar reuniões e assembleias virtuais.

As direções políticas e sindicais estão tão adaptadas ao capitalismo em decomposição, que não podem admitir que o ensino a distância não é complementar ao presencial, mas sim a sua destruição no que tem de fundamental, que é a aprendizagem e a Educação como um processo social, coletivo. A luta contra o ensino a distância corresponde à defesa do ensino presencial.

6) Pauperização crescente dos trabalhadores da Educação

A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores da Educação vem de longa data. Diante das greves e manifestações, os governantes repunham parte das perdas salariais, ou em forma de reajuste, ou em gratificações. É preciso lembrar que, em 1985, foi conquistado um Estatuto do Magistério, em São Paulo, que determinava: promoção automática a cada dois anos; 20% de horas-atividade; férias proporcionais para os contratados (ACTs); promoção por antiguidade (A, B, C, D e E), entre outras reivindicações. A partir dos anos de 1990, essas conquistas foram sendo retiradas, bem como, o direito ao gatilho salarial, conquistado pela greve de 1986.

A política geral dos governos, em todo o país, foi de rebaixamento do salário-base (piso), chegando ao descumprimento por parte de vários governadores e prefeitos, com o pagamento do Piso Nacional, calculado hoje por Bolsonaro em R\$ 3.845, o que equivale a miseráveis 3 salários mínimos. A imposição da PEC do Teto dos Gastos Públicos, pelo governo Temer, serviu de justificativa para os governantes manterem o arrocho salarial dos trabalhadores da Educação. O resultado tem sido o acúmulo de perdas salariais, atingindo percentuais astronômicos. Ao mesmo tempo que as perdas avolumavam, os governos ampliavam os descontos, atingindo também os aposentados, como foi o caso da cobrança das contribuições previdenciárias.

Diante das dificuldades de manter uma família, a saída dos professores foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão, desde o esgotamento físico, ao mental, de um número crescente de educadores.

E qual tem sido a política das direções sindicais? Insistir nas assembleias online, e judicializar o que deveria ser a luta direta dos trabalhadores. Esse caminho só tem trazido derrotas, basta ver o PLC-26, o desconto da Previdência aos aposentados, a elevação do valor das contribuições previdenciárias, para citar alguns exemplos ocorridos em São Paulo.

7) Desemprego e subemprego

A política governamental de fechamento de salas e turnos e a implantação das Escolas de Tempo Integral deram um salto nesses dois anos de pandemia. Somada a essa política, está a superlotação de salas, que inclui o aumento do número de crianças em salas de alfabetização. De conjunto, o resultado tem sido o aumento de professores desempregados, ou subempregados. Cabe ressaltar que todos os projetos dos governos visam à redução da rede pública de ensino.

A exigência de abertura das salas fechadas, redução do número de alunos por sala (no máximo 25) e fim desses projetos governamentais se choca com os interesses gerais da burguesia e de seus governos. E sua conquista implica a ação unitária nacional dos trabalhadores da Educação, que se contrapõe à orientação das direções sindicais, que é a de colaboração de classes.

8) Política da Corrente Proletária

Estima-se que há, no Brasil, 2,2 milhões de professores, e 37 milhões de estudantes, na educação básica pública. Esse enorme contingente foi submetido à política burguesa do isolamento social, com o fechamento das escolas e imposição do EaD. As direções sindicais e estudantis, a maioria sob o controle do PT e PCdoB, não foram capazes de convocar as assembleias presenciais, para que pudessem aprovar um programa próprio em defesa da Educação pública, dos trabalhadores da Educação e da massa estudantil, em sua maioria de pobres e miseráveis. Os sindicatos permanece-

ram fechados por quase dois anos, o mesmo se passou com as entidades estudantis. Diante da imposição do retorno às aulas presenciais, essas direções lançaram a farsa da “greve sanitária”, que evaporou em pouco tempo, e as campanhas de coletas de alimentos para as famílias “vulneráveis”, que rapidamente se esfumou, diante de milhões de famintos. Quando a passividade foi quebrada parcialmente, passaram a convocar os atos da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, no final de maio do ano passado, portanto, sob a orientação de substituição de um governo burguês por outro.

Desorganizados e passivos, os trabalhadores da Educação e os estudantes foram obrigados a retornar às aulas presenciais, em uma situação extremamente adversa. Até o momento, não há iniciativa das direções sindicais e estudantis em trabalhar para reverter esse quadro nocivo de desorganização. A direção nacional dos trabalhadores da educação, CNTE, que é um aparato do reformismo, não moveu uma palha, durante esses dois anos de pandemia, reproduzindo o que já vinha ocorrendo há muitos anos. Agora, lançou um chamado virtual de um Dia Nacional, em 16 de março, sem que haja um esforço para que os inúmeros sindicatos convoquem as assembleias e ganhem as ruas, em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e estudantes oprimidos.

A Corrente Proletária na Educação/POR vem enfrentando essa política das direções. Logo no início da Pandemia, criticou a suspensão do Dia Nacional de Luta de 18 de março de 2020. Defendeu que as direções sindicais convocassem as assembleias presenciais e aprovassem um plano de emergência próprio dos explorados, que incluísse as reivindicações dos trabalhadores da Educação.

Cabe destacar a intervenção na “greve sanitária”. Diante do anúncio do governo de São Paulo de retorno às aulas, a burocracia sindical, por meios virtuais, decretou a “greve sanitária”. A Corrente Proletária criticou essa invenção da burocracia, que pedia aos professores para que permanecessem em casa e exigissem a continuidade do ensino remoto. Desorientada, uma parcela acatou a decisão e a maioria retornou às escolas. O governo aproveitou para punir essa parcela, por meio do desconto de salário. Mesmo contrária à farsa armada pela burocracia, a Corrente Proletária interveio junto às escolas, exigindo que a direção do sindicato convocasse uma assembleia presencial, para que os professores, coletivamente, aprovassem uma verdadeira greve de enfrentamento à política geral do governo, que não se limitava em abrir as escolas. Esteve, assim, à frente dos atos presenciais e dos comandos nas escolas. No entanto, não houve meio de reverter essa “greve”, a qual, em pouco tempo, caiu em descrédito da maioria dos professores. E cabe ressaltar também a intervenção na greve dos servidores municipais de São Paulo, contra a reforma da Previdência, no segundo semestre. Esteve nos comandos de mobilização, atuou com propostas de ampliação do movimento nas assembleias, combateu a política de conduzir o movimento à pressão aos vereadores, e defendeu a unidade com o movimento da rede pública, que ocorria contra o PLC-26, na Assembleia

Legislativa. Em seu balanço, a Corrente Proletária responsabiliza as direções sindicais pelos movimentos e greves corporativas.

A Corrente Proletária pôs em marcha uma campanha contra a perseguição de professores pela orientação reacionária da “Escola sem Partido”, rejeitou os congressos e eleições sindicais virtuais, combateu a política corporativa de exigir o isolamento social aos docentes e discentes, quando a quase totalidade dos assalariados já estava em seus postos de trabalho ou na informalidade. O mesmo combate foi feito quando as direções sindicais exigiram que os trabalhadores da Educação fossem os primeiros a serem vacinados. Contrapôs-se com a bandeira de vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis.

Os trabalhadores em geral, em particular os da Educação, embora contassem com o isolamento social e os salários pagos integralmente, sofriam um ataque sem precedente, que combinava a aplicação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, de Temer e Bolsonaro, com a redução de salários e suspensão de contratos amparados pela MP 936. Era fundamental, portanto, unir em um só movimento os trabalhadores que não puderam se valer do isolamento social e aqueles que estiveram em quarentena.

A Corrente Proletária exigiu que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a preparação de uma poderosa greve geral em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, Moradia, Saúde e Educação públicas. Os trabalhadores em geral, em particular os da Educação, embora contassem com o isolamento social e os salários pagos integralmente, sofriam um ataque sem precedente, que combinava a aplicação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, de Temer e Bolsonaro, com a redução de salários e suspensão de contratos amparadas pela MP 936. Era fundamental, portanto, unir em um só movimento os trabalhadores que não puderam se valer do isolamento social e aqueles que estiveram em quarentena.

A defesa da independência de classe e as reivindicações que unificam a maioria explorada estiveram no centro da política da Corrente Proletária. Certamente, os obstáculos são inúmeros, para que essa política penetre no interior das escolas. O que exige um esforço para fortalecer essa posição classista e de luta, para que os sindicatos e as entidades estudantis possam ser colocados a serviço da luta de classes.

A Corrente Proletária, assim, faz um chamado à vanguarda com consciência de classe a defender um programa de reivindicações, que tenha por base a unificação dos trabalhadores e estudantes oprimidos, e que esteja voltado ao método próprio dos explorados, que é a ação direta coletiva.

Novo Plano de Carreira de Doria é um profundo ataque ao magistério

A proposta de Novo Plano de Carreira, feita por Doria/Rossieli, foi publicada no D.O. de 04/03, como PLC 003/22. Chegou à Assembleia Legislativa com a recomendação de aprovação em caráter de urgência, tendo em vista a aproximação das eleições e o prazo estipulado para cumprir o trâmite de aprovação. Nota-se o caráter oportunista e eleitoreiro do governo peessedebista. Certamente, usará esse plano para mascarar a retirada de direitos e ludibriar uma parcela do magistério, de que se trata de um governo “de boa gestão”, que tinha uma dívida para com os educadores em relação à valorização profissional e salarial, e que está reparando no final de seu mandato.

O fato é que as reformas dos governos não resultaram na elevação das taxas de aprendizagem. Antes da pandemia, em 2018, os resultados do Saresp e do Ideb mostraram claramente uma situação já calamitosa em relação à aprendizagem. Depois de um longo período de isolamento social e imposição do Ensino a Distância (EaD), a aprendizagem foi para o fundo do poço.

No entanto, as duras condições objetivas de ensino e trabalho são visíveis, o que faz com que boa parte do professorado não caia na arapuca do “Novo Plano de Carreira”. Pesam sobre o governo Doria os longos anos de salários archoados, o confisco aos salários dos aposentados e, recentemente, a retirada de mais uma das conquistas, que são as faltas abonadas.

Doria não faz senão aplicar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, a exemplo da terceirização nas escolas públicas, da reforma da previdência dos servidores estaduais, da PEC do Teto – que congelou os salários – e da reforma administrativa (PLC-26). O governo de São Paulo não esperou a decisão do Congresso Nacional, passando, assim, a ser o carro-chefe da reforma administrativa. Uma contrarreforma draconiana, que extingue direitos, como o da estabilidade. É preciso denunciar a situação de miserabilidade dos funcionários de escolas, imposta pelos governos do PSDB. No estado mais rico da federação, Doria mantém milhares de funcionários de escola recebendo um piso salarial de pouco mais de um salário mínimo.

A Corrente Proletária vem combatendo o governo do PSDB, e, agora, denuncia a fraude montada por Doria em torno ao Novo Plano de Carreira. Nesse sentido, realizou um estudo desse Plano, objetivando discutir nas escolas e organizar o movimento de resistência. Por isso, vem exigindo que a direção da Apeoesp convoque uma verdadeira assembleia, amplamente convocada, para que os professores possam discutir e aprovar coletivamente o caminho para derrubar o Plano de Doria contra o magistério. É preciso que os professores mais conscientes rechacem as reuniões de Representantes de Escolas e do Con-

selho de Representantes virtuais, bem como as assembleias estaduais on-line. A utilização dos meios virtuais favorece o governo, porque não prepara e não organiza a luta coletiva, que pressupõe os métodos próprios dos trabalhadores, ou seja, as manifestações de rua, greves, bloqueios, etc. Os meios virtuais reforçam a passividade, na medida em que isola cada trabalhador em sua casa.

Desmascarar a campanha de Doria

Há uma campanha do governo, por meio da imprensa, em defesa da Reforma do Ensino Médio de Temer e do Programa de Ensino Integral, de Doria, como sendo medidas capazes de melhorar a educação pública brasileira e paulista. Ocorre que a aplicação da Reforma do Ensino Médio iniciou no ano passado, em meio à pandemia, e, ao contrário da campanha governamental, a juventude não foi atraída pelo discurso de “liberdade de escolha dos itinerários formativos”. As escolas que aderiram ao PEI – Programa de Ensino Integral – fecharam salas de aulas, e parte dos estudantes trabalhadores foi obrigada a se transferir para escolas que mantiveram o ensino regular, muitas vezes mais longe de casa. Nas que aderiram ao PEI esse ano, principalmente das regiões proletarizadas, o impacto negativo foi maior. Trouxe como consequência também desempregar ou subempregar professores.

O fato é que as reformas dos governos não resultaram na elevação das taxas de aprendizagem. Antes da pandemia, em 2018, os resultados do Saresp e do Ideb mostraram claramente uma situação já calamitosa em relação à aprendizagem. Depois de um longo período de isolamento social e imposição do Ensino a Distância (EaD), a aprendizagem foi para o fundo do poço. Não à toa, Doria foi obrigado a dizer: “o que já era ruim, ficou pior”. Naturalmente, procura responsabilizar o fracasso escolar à pandemia e mostrar que as novas medidas e programas visam a recuperar o terreno perdido. Evidentemente, o uso do EaD pesou em agravar o baixo desempenho escolar. Essa excrescência só serviu para aumentar a lucratividade das empresas, que vendem pacotes de internet e softwares. Não podemos ocultar, também, a campanha por parte do Secretário da Educação para que as crianças e adolescentes voltassem às escolas, que foi acompanhada da exigência de que professores e diretores de escolas se lançassem na chamada “busca ativa”, tamanha era a evasão escolar, no final de 2021.

É diante dessa realidade que Doria retomou a iniciativa de impor um Plano de Carreira para o magistério, com a suposta ideia de valorizar o professor como mediador da aprendizagem para “potencializar os resultados da educação”. O Novo Plano de Carreira é baseado em Competências e Méritos, semelhante ao modelo de Singapura, Austrália e Canadá que, segundo o governo, apresentaram os melhores resultados no último PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes). Na realidade, o Plano é um remédio amargo para os educadores, porque nada mais é do que um ajuste na evolução

funcional para adequar à draconiana reforma administrativa. Sua essência está no aumento da jornada dos professores e na superexploração do trabalho. Trata-se de um Plano de corte de conquistas e de reforço à meritocracia. Portanto, nada tem a ver com a valorização do magistério, e sim com o aumento da concorrência e da individualização, atributos empresariais, opostos à educação, que é por sua natureza uma ação coletiva entre professores e estudantes.

Armadilhas do Plano de Carreira

a) Transformação do salário em subsídio e o fim dos Adicionais

O governo quer transformar o salário em “subsídio”. Mente quando diz que estão assegurados direitos trabalhistas e gratificações. O governo, ao substituir salário por subsídio, está impondo o fim dos Adicionais, a exemplo dos quinquênios e sexta-parte. Cabe também denunciar que, por trás dessa substituição, está uma possível manobra de Doria para driblar processos judiciais e, conseqüentemente, reduzir os precatórios de ações judiciais ganhas pelos educadores - portanto, pretende dar mais um calote.

O Plano de Carreira de Doria, como dissemos, está cheio de armadilhas. Uma delas é o caso do servidor que possui quinquênios e quer migrar para a Nova Carreira, que terá, assim, um subsídio formado com a soma do salário e os adicionais. Se ele não for aprovado nas provas de mérito, ficará recebendo esse subsídio por um bom tempo. Essa transformação de salário em subsídio não é nova. Na capital paulista, foi apresentada aos servidores em greve, pelo então prefeito Haddad/PT, em 2014. Os educadores não aceitaram. Mas os servidores municipais que migraram para aquele plano permanecem praticamente até hoje com o mesmo salário. Receberam, no máximo, a velha política de 0,01% de reajuste por ano de trabalho.

A Corrente Proletária rechaça a farsa do subsídio. Defende um salário mínimo vital, que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família, a ser calculado pela assembleia da categoria. Defende também que o piso não seja inferior ao valor calculado pelo DIEESE, que é de R\$ 6.012,18 (valor referente a Fevereiro/2022), o qual deve estar atrelado à jornada de trabalho de 20 horas semanais, reivindicação histórica do professorado.

b) Só existirão 2 tipos de jornadas: 25h e 40h

O Novo Plano não contempla as atuais jornadas Reduzida e Inicial. Isso atingirá diretamente os professores que são obrigados a trabalhar em mais de uma rede de ensino. O governo que obrigar o magistério a ficar numa única escola, recebendo um salário que não dá para o professor e sua família sobreviverem. Tenta ludibriar, oferecendo a gratificação do ALE, sob novos

critérios, para compensar parte da perda salarial do professor.

A criação de duas jornadas (25h e 40h) é a forma de prender o professor a uma única rede. É a via para impor as jornadas das escolas de tempo integral a todo o magistério. Como vem fechando salas de aula e extinguindo o período noturno, a obrigatoriedade dessas jornadas significará mais desemprego, ou abandono de uma parcela que trabalha em outras redes de ensino.

A Corrente Proletária luta pela jornada de 20 horas semanais, salário-base calculado pelo magistério, reajuste automático e efetivação dos professores contratados.

c) 1/3 da jornada será totalmente na escola: mais trabalho e menos salário

O governo alega que cumprirá a jornada da Lei do Piso, ou seja, autoriza que um terço da jornada do professor seja fora da sala de aula. A contradição está em que o professor deverá ficar na escola até na sua única ATPL, que é a aula que tem para realizar atividades em local de livre escolha. Ou seja, cumprirá toda a sua jornada na escola.

Rossieli justifica que isso é para “ajudar” o professor preparar melhor atividades pedagógicas, o que é totalmente falso.

O verdadeiro problema está na falta de professores. As direções escolares têm obrigado os educadores a entrar em sala, mesmo em horário de ATPC, por exemplo – provocando distorções em relação à Lei do Piso, que determina 2/3 em atividade com interação com alunos. Essa realidade mostra que os governos não querem garantir o 1/3 sem interação com alunos, voltado à formação e preparação das aulas, porque implica em contratação de mais professores para as aulas de substituição.

Neste ano, Doria/Rossieli aumentou os ATPCs, deixando apenas 1 ATPL (local de livre escolha). E o mais

grave, acrescentou um mecanismo de controle, pelo Centro de Mídias, dos ATPCs virtuais. Trata-se de mais uma medida punitiva. Conclusão: o professor continuará trabalhando muito além da sua jornada, sem receber pelo trabalho excedente. É isso que ele quer fazer: aumento de trabalho e diminuição de salário.

d) Piso da Nova Carreira está abaixo das necessidades de um trabalhador e sua família

O valor do piso de uma categoria mostra o nível de exploração a que está submetida. Os salários dos educadores estão bem defasados, porque não têm reajuste de acordo com a inflação há muitos anos. A última vez que teve um pequeno reajuste foi em 2013, quando Alckmin concedeu 7%. De lá para cá, as perdas salariais estão cada vez maiores.

O piso para 40h semanais (45 minutos/aula) do PEB 2, passará de R\$ 2.585,01 para R\$ 2.843,51. Portanto, continuará no-

vamente abaixo da Lei do Piso Nacional, que teve um reajuste de 34,23% e foi para R\$ 3.845,63. O piso de R\$ 5.000,00, propagandeado pelo governo, será para uma jornada de 40h relógio. Portanto, abaixo do salário-mínimo do DIEESE, que hoje é R\$ 6.012,18. Com a retomada da inflação, em pouco tempo os R\$ 5.000,00 serão corroídos.

O governo diz que está acatando a Meta 17 do Plano Nacional e o Plano Estadual da Educação, equiparando o salário do professor a um profissional com Licenciatura. A farsa do piso do Novo Plano é visível. Precisamos de um piso salarial que dê para uma família viver. Ele tem de ser calculado pelos trabalhadores em assembleia. Essa é a forma de se contrapor aos cálculos dos capitalistas e valorizar de fato os professores.

e) Redução de faltas-aula e corte de gratificações para quem tira licenças médicas

Pelo antigo estatuto do magistério, somente eram descontadas as faltas-aula ao final de cada mês. No governo Covas, surgiu o mecanismo de juntar as faltas-aula dadas no mês e descontar um dia de trabalho, ou 1/30 do salário. Doria foi além, cortou as abonações no final do ano passado, e agora propõe limitar as faltas-aula médicas. Restringirá a 2 horas de ausência ao trabalho, sendo 1 por mês e 3 ao ano. Todas elas serão descontadas como falta-dia. Todas as faltas, inclusive as Licenças Médicas, recairão sobre a diminuição das gratificações, como ALE e vale transporte. E no final do ano, serão usadas como ponto negativo na avaliação de desempenho. Isso é um ataque à saúde do professor. Ao invés de contratar mais professores, os governos superexploram até os adoentados, que diante dos descontos abusivos se submetem ao trabalho precário.

f) Ataque à aposentadoria

Os aposentados vêm sendo golpeados há anos com os baixíssimos salários. Um professor, quando se aposenta, perde as gratificações, e fica com o salário menor. Aliado a essa política de rebaixamento salarial, Doria confiscou, em 2020, 14% para a Previdência. Agora, apresenta a esmola de 10%, que não repõe sequer os 14% confiscados e nem a inflação acumulada dos últimos 25 anos de governo PSDB. No Novo Plano, também não fica claro se haverá uma política de reajuste salarial para os ativos que migrarem. Tudo indica que os aposentados continuarão à míngua.

A Corrente proletária rejeita as medidas de Doria e demais governos, que empurram os aposentados à miséria. Defendemos que nenhum trabalhador ganhe menos que o Piso do DIEESE. Direitos iguais para ativos e aposentados. Defesa de uma Previdência pública, sob o controle dos trabalhadores.

Reivindicações e métodos de luta defendidos pela Corrente Proletária na Educação

Doria diz que já conseguiu implantar 2.047 PEIs, que atendem a 929 mil alunos. E que vai adequar a educação às exigências pedagógicas e normativas da educação contemporânea, a fim de viabilizar, no futuro, a educação em período integral para todos os alunos, conforme determina o Plano Nacional da Educação e o Plano Estadual da Educação. O que o governo não pode dizer é que, para implantar as PEIs, foi preciso fechar salas de aulas e extinguir o período noturno e quase eliminar a educação de jovens e adultos (EJA). Precisa ocultar as trágicas consequências para o aluno-trabalhador e para uma parcela de professores, que foi em-

purrrada ao desemprego e subemprego. Precisa esconder a precariedade das escolas, inclusive nas PEIs, e o aumento da violência no interior das unidades escolares. E, fundamentalmente, para impor seu modelo de escola, foi obrigado a aumentar o autoritarismo de seus porta-vozes nas Diretorias de Ensino e nas escolas.

Lamentavelmente, Doria se encontra de mãos livres para ir mais fundo nas medidas de ataque aos direitos do magistério, através do Novo Plano de Carreira. A direção da Apeoesp há muito vem conduzindo o descontentamento dos professores para o terreno burguês da Assembleia Legislativa e da Justiça. Com a pandemia, fechou o sindicato e se submeteu à política burguesa do isolamento social de Doria.

Acabou reforçando a farsa do ensino a distância, limitando-se a exigir mais condições de acesso para os alunos e professores. Mesmo diante da revolta dos professores contra a implantação das PEIs, não houve empenho em organizar um forte movimento estadual contra a medida de Doria. Reuniões e assembleias passaram a ser virtuais. O combate ao PLC-26 se reduziu à chamada pressão aos deputados e aos atos de representantes sindicais em frente à Assembleia Legislativa. Até o momento, a direção do sindicato tem rejeitado o Novo Plano de Carreira apenas em palavras. Não há vontade política de enfrentar o governo Doria, o que implica organizar um poderoso movimento do magistério, para ganhar as ruas e preparar a greve.

Sem a luta direta, nas ruas, com os métodos próprios dos trabalhadores, não é possível derrotar os planos de Doria e impor as reivindicações do magistério. Eis as bandeiras que unificam os professores e estudantes:

Abaixo o Plano de Carreira de Doria! Fim das PEIS e o trabalho precário! Reabrir as salas de aulas/turnos e EJA das escolas, com no máximo 25 alunos por sala! Salário mínimo vital, não inferior ao DIEESE, por 20 horas semanais! Reajuste automático de acordo com a inflação! Emprego a todos, efetivando todos os professores contratados! Nenhum jovem sem trabalho, jornada de 4 horas na produção e 4 na escola! Por um único sistema de ensino público, laico, gratuito sobre o controle de quem estuda e trabalha.

Até o momento, a direção do sindicato tem rejeitado o Novo Plano de Carreira apenas em palavras. Não há vontade política de enfrentar o governo Doria, o que implica organizar um poderoso movimento do magistério, para ganhar as ruas e preparar a greve.

Sem a luta direta, nas ruas, com os métodos próprios dos trabalhadores, não é possível derrotar os planos de Doria e impor as reivindicações do magistério.